

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

REQUERIMENTO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº DE 2004 (do Sr. ALBERTO GOLDMAN)

Solicita seja realizada Reunião de Audiência Pública com a presença das autoridades a seguir listadas, para prestarem esclarecimentos sobre fatos e atos contrários aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade e moralidade na Administração Pública, envolvendo dirigentes e militantes do Partido dos Trabalhadores em órgãos públicos federais.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa., nos termos Regimentais, que, ouvido o Plenário, se digne a adotar as providências necessárias à realização de Reunião de Audiência Pública com a participação das autoridades a listadas, para prestarem esclarecimentos a esta Comissão sobre fatos e atos contrários aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade e moralidade na Administração Pública, envolvendo dirigentes e militantes do Partido dos Trabalhadores em órgãos públicos federais:

- . Cássio Casseb, Presidente do Banco do Brasil;
- . Ivan Gonçalves Ribeiro Guimarães, Presidente do Banco Popular do Brasil – subsidiária do BB;
- . Henrique Pizzolato, Diretor de Marketing do Banco do Brasil; e
- . Delúbio Soares de Castro, Secretário Nacional de Finanças e Planejamento do Partido dos Trabalhadores.

Segundo notícias anexas, foram adquiridos, pelo Banco do Brasil, ingressos de show da dupla Zezé di Camargo e Luciano, realizado no dia 13 de julho de 2004, em Brasília, e parte da arredação teria sido destinada ao PT: a instituição teria gasto

R\$ 70.000,00 em ingressos. O show arrecadou fundos para a compra da sede nacional do Partido. O dinheiro teria sido devolvido ao Banco do Brasil, mas o próprio presidente do Banco do Brasil, Cássio Casseb, foi a público admitir que o BB errou e que assumia toda a responsabilidade. Tiveram também participação no episódio, segundo notícias da imprensa, os Srs. Ivan Gonçalves Ribeiro Guimarães, Presidente do Banco Popular do Brasil – subsidiária do BB, e Henrique Pizzolato, Diretor de Marketing do Banco do Brasil, e do Sr. Delúbio Soares de Castro, Secretário Nacional de Finanças e Planejamento. Existem, portanto, fortes indícios de utilização de cargos públicos para auferir vantagem patrimonial ao PT.

Sala das Comissões, em de de 2004

Deputado ALBERTO GOLDMAN